



Controladoria Geral do Estado de São Paulo

TARDE

AUDITOR ESTADUAL DE CONTROLE CONTABILIDADE PÚBLICA E FINANÇAS

PROVA TIPO 1



SUA PROVA

- Além deste caderno de questões contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.
- As questões objetivas têm 5 (cinco) opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluídos a marcação do cartão de respostas e o texto definitivo da questão discursiva.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- No cartão de respostas e na folha de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções de preenchimento.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.
- Confira o programa, a cor e o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com programa ou tipo diferente do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição do cartão de respostas ou da folha de textos definitivos em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e o texto redigido na folha de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Conhecimentos Específicos

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

1

Assinale a opção que indica o objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil por entidades do setor público, de acordo com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL— ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO.

- (A) Geração de apoio às políticas públicas realizadas com equilíbrio financeiro.
- (B) Aumento do alcance do relatório contábil de propósito geral entre a população.
- (C) Elaboração de relatório contábil de propósito geral que retrate a realidade da entidade.
- (D) Fornecimento de informação útil aos usuários do relatório contábil de propósito geral.
- (E) Atendimento às características qualitativas da informação contábil incluídas no relatório contábil de propósito geral.

2

Em 2023, metade da frota de ambulâncias de um hospital do setor público esteve envolvida em acidentes de trânsito, ficando totalmente impossibilitada para uso em sua atividade.

Em 2024, foi finalizada a perícia dos acidentes e confirmada, oficialmente, a inutilidade das ambulâncias.

Assinale a opção que indica o reconhecimento da baixa das ambulâncias nas demonstrações contábeis do hospital e a característica qualitativa que fundamenta a decisão:

- (A) integralmente em 2023, de acordo com a tempestividade.
- (B) integralmente em 2023, de acordo com a integridade.
- (C) integralmente em 2024, de acordo com a relevância.
- (D) integralmente em 2024, de acordo com a verificabilidade.
- (E) parcialmente em 2023 e em 2024, de acordo com a comparabilidade.

3

De acordo com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL— ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO, o relatório contábil de propósito geral das entidades do setor público engloba as demonstrações contábeis e a informação que as aprimore, complemente e suplemente.

De acordo com a norma, para possibilitar a elaboração das demonstrações contábeis, a entidade que reporta a informação deve

- (A) ser capaz e preparada para analisar a informação apresentada com a diligência apropriada.
- (B) contratar especialistas para divulgar fenômenos econômicos complexos e difíceis de serem representados.
- (C) estruturar um sistema informatizado de modo a otimizar a capacidade informacional dos relatórios apresentados.
- (D) captar recursos e/ou utilizar recursos captados para realizar atividades em benefício da sociedade ou em nome dela.
- (E) fornecer informação compreensível para os usuários que não possuem conhecimento sobre as atividades da entidade e o ambiente em que está inserida.

4

Um museu de artes municipal oferece, diariamente, entrada gratuita ao público. O Município considera o acervo de artes do museu como ativo. O procedimento pode ser considerado

- (A) incorreto, uma vez que os objetos de arte pertencem ao público em geral.
- (B) incorreto, uma vez que qualquer indivíduo pode ter acesso ao acervo do museu.
- (C) incorreto, uma vez que o valor dos objetos de arte não podem ser mensurados com confiabilidade.
- (D) correto, uma vez que os objetos de arte são recursos econômicos controlados pelo museu, como resultado de eventos passados.
- (E) correto, uma vez que o fato de possuir um museu é de grande relevância para o Município.

5

Com relação aos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis e sua relação com a evidenciação, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Um item deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis quando satisfizer a definição de elemento e puder ser mensurado de maneira que observe as características qualitativas, levando em consideração as restrições sobre a informação.
- () O reconhecimento envolve a avaliação da incerteza relacionada à existência e à mensuração do elemento. Como as condições que dão origem à incerteza podem mudar, ela deve ser avaliada em cada data de divulgação do relatório.
- () A falha ao reconhecer itens que satisfazem a definição de elemento e os critérios de reconhecimento utilizados é convalidada pela evidenciação das políticas contábeis, notas ou outro detalhe explicativo em notas explicativas.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) V – F – F.

6

Em relação à contribuição da seleção da base de mensuração para ativos e passivos aos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil por entidades do setor público, analise o que se afirma a seguir.

- I. Capacidade operacional;
- II. Capacidade financeira;
- III. Custo dos serviços prestados.

A seleção da base de mensuração para ativos e passivos contribui para satisfazer aos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil pelas entidades do setor público ao fornecer informação que possibilita os usuários avaliarem o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

7

Uma entidade do setor público elabora as suas demonstrações contábeis em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

De acordo com a NBC TSP 11 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, a entidade

- (A) precisa publicar um relatório especial direcionado aos usuários externos.
- (B) tem prioridade no recebimento de repasse de recursos do governo.
- (C) deve declarar a conformidade nas notas explicativas, de forma explícita e sem reservas.
- (D) está isenta de realizar auditoria externa em suas demonstrações contábeis.
- (E) necessita elaborar as suas demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais, para atender à característica qualitativa da comparabilidade.

8

Em outubro de 2024, uma entidade do setor público realizou a compra de material de consumo para uso imediato por R\$ 50.000, com pagamento previsto para o exercício seguinte.

Existia a possibilidade de estender o prazo da obrigação para fevereiro de 2026, caso os fornecedores aprove a extensão em uma negociação futura.

De acordo com a NBC TSP 11 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, no Balanço Patrimonial da entidade do setor público, em 31/12/2024, o montante da obrigação é classificado como

- (A) ativo circulante.
- (B) passivo circulante.
- (C) ativo não circulante.
- (D) passivo não circulante.
- (E) não há reconhecimento.

9

Uma entidade do setor público apresentava a sua Demonstração do Resultado de acordo com o método da natureza da despesa.

Os dados apresentados eram os seguintes:

- Receitas: R\$ 500.000;
- Despesas com benefícios a empregados: R\$ 120.000;
- Despesas com educação: R\$ 100.000;
- Despesas com depreciações: R\$ 50.000;
- Outras despesas: R\$ 30.000;
- Resultado: R\$ 200.000.

A apresentação da demonstração foi considerada incorreta, uma vez que

- (A) o saldo em “outras despesas” deve, obrigatoriamente, ser decomposto.
- (B) o saldo das “despesas com benefícios a empregados” deve ser líquido das “despesas com educação”.
- (C) as “despesas com benefícios a empregados” são apresentadas pelo método da função da despesa.
- (D) as “despesas com depreciação” são apresentadas pelo método da função da despesa.
- (E) as “despesas com educação” são apresentadas pelo método da função da despesa.

10

Uma entidade do setor público recebe *royalties* pela exploração de recursos naturais de sua propriedade por terceiros.

De acordo com o contrato, o valor é recebido anualmente, em janeiro, e representa uma porcentagem da exploração do ano anterior.

O valor que corresponde aos *royalties* de 2024 foi de R\$ 200.000.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa da entidade, o reconhecimento da geração de caixa é apresentado como atividade

- (A) operacional em 2024.
- (B) operacional em 2025.
- (C) de investimento em 2024.
- (D) de investimento em 2025.
- (E) de financiamento em 2024.

11

No exercício de 2024, a previsão inicial das receitas orçamentárias, correntes e de capital, de uma entidade do setor público, era de R\$ 400.000. Já a previsão atualizada era de R\$ 420.000, enquanto as receitas realizadas foram de R\$ 430.000.

No Balanço Orçamentário da entidade, em 2024, o saldo apresentado foi de

- (A) -R\$ 20.000.
- (B) -R\$ 30.000.
- (C) R\$ 10.000.
- (D) R\$ 20.000.
- (E) R\$ 30.000.

12

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as contas são agrupadas segundo as suas funções, possibilitando, entre outros aspectos, o conhecimento da composição e situação do patrimônio analisado, por meio da evidenciação de

- (A) todas as receitas e despesas.
- (B) todas as entradas e saídas de caixa.
- (C) todos os ativos e passivos.
- (D) ativos, passivos e patrimônio líquido considerados relevantes.
- (E) ativos, passivos, receitas e despesas considerados relevantes.

13

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar a sua vigência e nos dois seguintes, e atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.

Além disso, deve estar acompanhada de medidas de compensação no período, por meio do aumento de receita, proveniente de, por exemplo,

- (A) elevação de alíquotas e criação de tributo.
- (B) ampliação da base de cálculo e venda de ativos.
- (C) cobrança de juros inadimplentes e venda de ativos.
- (D) majoração de contribuição e solicitação de empréstimos.
- (E) solicitação de empréstimo e ampliação da base de cálculo.

14

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa de valor relevante será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

A estimativa será acompanhada

- (A) do histórico de utilização.
- (B) das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.
- (C) de laudo comprovatório de especialista independente.
- (D) da comprovação do atendimento das características qualitativas da informação e restrições a elas.
- (E) do nível de incerteza das informações financeiras e não financeiras para representar fielmente a informação.

15

Um Município apresentava as seguintes obrigações financeiras, em 31/12/2024:

- assumidas em virtude de leis, com amortização prevista em 36 meses: R\$ 100.000;
- assumidas em virtude da aquisição financiada de bens, com vencimento previsto em 48 meses: R\$ 120.000;
- assumidas em virtude de convênios, com amortização prevista em 72 meses: R\$ 150.000.

De acordo com as definições da Lei Complementar 101/2000, em 2024, a dívida pública consolidada era de

- (A) R\$ 100.000.
- (B) R\$ 120.000.
- (C) R\$ 150.000.
- (D) R\$ 220.000.
- (E) R\$ 250.000.

16

Em 2024, um Município adquiriu livros para a sua principal biblioteca pública, destinada a todos os segmentos da comunidade. Adquiriu também, em menor quantidade, livros para a biblioteca da Prefeitura, destinada, apenas, a seus funcionários.

Os livros da biblioteca pública e da biblioteca da Prefeitura devem ser classificados, respectivamente, como material

- (A) de consumo e de consumo.
- (B) permanente e permanente.
- (C) permanente e híbrido.
- (D) permanente e de consumo.
- (E) de consumo e permanente.

17

O Estado de Minas Gerais recebeu, em 2024, R\$ 700.000 a título de contribuição de melhoria.

Esse tributo tem como fato gerador

- (A) valorização imobiliária decorrente de obras públicas.
- (B) melhoria na geração de empregos decorrente de incentivos a empresas.
- (C) redução de acidentes de trânsito decorrente da modernização de estradas.
- (D) aumento na expectativa de vida decorrente da promoção de atividade física.
- (E) diminuição da desigualdade social decorrente do aumento de vagas em escolas.

18

A execução da despesa orçamentária ocorre em três estágios: empenho, liquidação e pagamento.

Em relação ao empenho, analise o que se afirma a seguir.

- I. Quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada, o empenho poderá ser reforçado.
- II. Quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido, o empenho será anulado parcialmente.
- III. Caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado integralmente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

19

Em 01/01/2025, uma entidade do setor público adquiriu participação de 90% na entidade XYZ por R\$ 100.000. Na data, o capital social de XYZ era de R\$ 65.000 e ela havia reconhecido superávit de R\$ 15.000 em 2024.

Além disso, foi estimado que o valor justo dos ativos líquidos da XYZ era de R\$ 90.000.

Pode-se afirmar que, na data de aquisição, o ágio reconhecido pela entidade do setor público por expectativa de rentabilidade futura era de

- (A) R\$ 9.000.
- (B) R\$ 14.500.
- (C) R\$ 19.000.
- (D) R\$ 22.500.
- (E) R\$ 28.000.

20

Uma Universidade do setor público possuía um ônibus que era utilizado para fazer o transporte de alunos para eventos externos.

Em 2024, a Universidade gastou R\$ 2.000 com a manutenção periódica do ônibus. O valor foi acrescentado ao ativo imobilizado e depreciado de acordo com a vida útil estimada do ônibus.

O procedimento é considerado

- (A) correto, uma vez que o custo da manutenção pode ser mensurado com segurança
- (B) correto, uma vez que a manutenção periódica gera melhoria ou adição complementar significativa no ônibus.
- (C) correto, uma vez que há possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.
- (D) incorreto, uma vez que os custos com manutenção são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.
- (E) incorreto, uma vez que a vida útil estimada da manutenção é diferente da vida útil do ônibus, de modo que o reconhecimento da depreciação deve ser feito separadamente.

Auditoria Governamental e Controle Interno

Para responder às questões seguintes, considere:

UAIG – Unidade de Auditoria Interna Governamental

CGE-SP – Controladoria Geral do Estado de São Paulo

IIA – Instituto dos Auditores Internos

GRC – Gestão de Riscos Corporativos

PAINT – Plano de Auditoria Interna

Audin - Auditorias internas singulares das entidades da Administração Pública Estadual Indireta.

SCI – Sistema de Controle Interno

21

Durante a execução de uma Auditoria, a equipe empregou uma técnica com a finalidade de comparar o desempenho de uma área da organização com outra área da própria organização.

Essa técnica é denominada

- (A) *swift*.
- (B) *vouching*.
- (C) *benchmarking*.
- (D) análise comparativa.
- (E) análise de conteúdo.

22

Ao elaborar o PAINT para o período 20XX, a equipe de auditores selecionou como objeto de auditoria a avaliação dos contratos de aquisição de alimentação escolar realizados pelas unidades da Secretaria de Estado de Educação.

No entanto, este mesmo tema foi objeto de trabalhos de auditoria constantes dos PAINTs executados nos últimos três anos, violando as orientações definidas pelo órgão central de controle interno quanto ao planejamento das auditorias.

Nesta hipótese, a diretriz violada pela UAIG na elaboração do PAINT é denominada

- (A) Tempestividade.
- (B) Rotação de ênfase.
- (C) Intercalação de trabalhos.
- (D) Interpolação de auditoria
- (E) Alteração de foco.

23

Ao realizar uma auditoria financeira, a equipe de auditoria analisou os registros contábeis da realização de uma despesa contratual para aquisição de bens permanentes.

Ato contínuo, analisaram a respectivas notas de empenho e de liquidação, os relatórios de fiscalização e os atos de recebimento provisório e definitivo dos bens contratados e, com base nesta documentação, buscaram confirmar a efetiva entrega dos bens objetos da pactuação.

Nesta situação, a equipe usou a técnica de auditoria denominada

- (A) *vouching*.
- (B) circularização.
- (C) comprovação.
- (D) rastreamento.
- (E) análise documental.

24

Ao elaborar o plano de auditoria interna, a UAIG apontou as seguintes informações que deveriam ser avaliadas e inseridas no plano:

- I. A Inclusão de trabalhos de monitoramento de recomendações não implementadas;
- II. A avaliação da execução do plano, que deve ocorrer no exercício seguinte a sua realização;
- III. A definição das questões de auditoria a serem respondidas durante a execução dos trabalhos.

As informações que devem estar presentes no PAINT estão corretamente descritas nos itens:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

25

José foi designado para compor a equipe de uma Auditoria a ser realizada na Secretaria de Estado de Agricultura.

Somente após a sua designação, José verificou que o titular da unidade auditada é seu primo.

Considerando as situações comuns de ameaça à objetividade do auditor e tão somente os fatos narrados na situação hipotética, é correto afirmar que José

- (A) pode ter a sua objetividade afetada em razão da familiaridade com o objeto da auditoria.
- (B) com base em possível pressão externa, pode requerer sua exclusão da equipe de auditoria.
- (C) pode apresentar inclinações cognitivas, prejudicando o seu julgamento profissional.
- (D) não possui vedações decorrentes de relacionamento pessoal que possam impedi-lo de integrar a equipe de auditoria.
- (E) poderá permanecer na equipe, ainda que se comprove seu envolvimento anterior com o objeto da auditoria.

26

Existem diferentes bases de avaliação de riscos que podem ser utilizadas no processo de seleção de objetos de auditoria para inclusão PAINT. A utilização dessas bases deve seguir a ordem estabelecida em norma específica da CGE.

Nesse sentido, assinale a opção que indica corretamente a base que, em primeiro lugar, deve ser consultada na seleção de trabalhos de auditoria do PAINT.

- (A) Fatores de riscos.
- (B) Materialidade e criticidade.
- (C) Avaliação de riscos realizada pela UAIG.
- (D) Mapeamento de riscos realizada pela UAIG.
- (E) Avaliação de riscos realizada pela Unidade Auditada.

27

Ao elaborar o PAINT, a equipe de auditoria selecionou um objeto sob o argumento de que ele representava um custo de 30% do total do orçamento da unidade auditada e que, portanto, o seu alto valor justificava a intervenção da UAIG.

Nessa hipótese, assinale a opção que indica o fator de risco usado na escolha do objeto de auditoria.

- (A) Significância.
- (B) Criticidade.
- (C) Relevância.
- (D) Materialidade.
- (E) Oportunidade.

28

Para a classificação dos objetos de auditoria, em face da inexistência de gestão de riscos na Unidade auditada, a própria UAIG deve realizar a identificação e a avaliação dos principais riscos do negócio.

Com vistas à efetividade, qualidade e viabilidade operacional, foi definido um modelo padrão de identificação e avaliação de riscos, a ser aplicado no âmbito da CGE.

Neste modelo, a identificação e a avaliação de riscos devem abranger

- (A) os macroprocessos e os produtos estratégicos.
- (B) apenas os processos estratégicos e de maior valor agregado.
- (C) apenas o nível dos macroprocessos, com posterior associação aos processos relacionados.
- (D) apenas os processos e os produtos deles decorrentes, desde que presentes no plano estratégico.
- (E) os macroprocessos, os processos a ele relacionados, os processos críticos e os respectivos produtos.

29

No processo de avaliação de riscos é utilizada uma técnica que possibilita identificar as forças e as fraquezas do ambiente interno no contexto da avaliação.

Essa técnica, recomendada pelas normas da CGE, é denominada

- (A) *swift*.
- (B) inspeção.
- (C) matriz SWOT.
- (D) brainstorming.
- (E) diagrama Bow-Tie.

30

Acerca da elaboração do Plano de Auditoria Interna das Audin, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O Plano de Auditoria Interna das unidades do SCI e suas eventuais alterações devem ser encaminhados anualmente à CGE, para exercício da supervisão técnica.
- II. O Plano de Auditoria Interna das Audin, com a respectiva previsão dos recursos necessários à sua implementação, devem ser submetidos à aprovação do Controlador Geral.
- III. Após finalizados os trâmites de elaboração e aprovação do Plano de Auditoria Interna, as Audin deverão dar ciência de sua versão final ao Governador do Estado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

31

A UAIG deve instituir e manter um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) que contemple toda a atividade de auditoria interna governamental.

Sobre o PGMQ, avalie as afirmativas a seguir.

- I. As avaliações externas devem ocorrer, no mínimo, uma vez a cada cinco anos, e ser conduzidas por avaliador, equipe de avaliação ou outra UAIG qualificados e independentes, externos à estrutura da UAIG avaliada.
- II. O PGMQ deve contemplar somente as fases de planejamento, execução e comunicação de resultados dos trabalhos de auditoria interna.
- III. As avaliações internas devem incluir autoavaliações ou avaliações periódicas realizadas por outras pessoas da organização com conhecimento suficiente das práticas de auditoria interna governamental.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

32

A reunião de abertura da auditoria tem por finalidade comunicar aos representantes da Unidade Auditada que o trabalho de auditoria foi iniciado, bem como apresentar as principais informações acerca da sua execução.

Nesse sentido, assinale a opção que apresenta o participante da auditoria competente para conduzir a reunião de abertura.

- (A) O Controlador Geral.
- (B) O Supervisor da Auditoria.
- (C) O Líder da Equipe de Auditoria.
- (D) O Subsecretário de Gestão Corporativa.
- (E) O Diretor do Departamento de Coordenadoria de Auditoria.

33

Para responder às questões de auditoria constantes da matriz de planejamento de um trabalho de avaliação (auditoria de conformidade), a equipe de auditores internos (AI) realizou procedimentos e coletou documentos e informações que subsidiaram a emissão de opinião quanto ao objeto auditado.

Ao analisar estes mesmos documentos e informações, uma equipe de auditores externos do Tribunal de Contas do Estado chegou às mesmas conclusões registradas pela equipe de auditoria interna.

A identidade de conclusões somente é possível quando as evidências dos achados de auditoria apresentam o atributo denominado

- (A) utilidade.
- (B) confiabilidade.
- (C) fidedignidade.
- (D) relevância.
- (E) suficiência.

34

Durante o planejamento de uma auditoria de conformidade que tinha como objeto a execução do contrato nº 123, o auditor José (que se considera uma pessoa detalhista e perfeccionista), elaborou a seguinte questão de auditoria:

Houve registro da qualidade e quantidade dos bens objeto de pactuação?

O contrato nº 123 tinha como objeto a aquisição de computadores para as unidades de saúde estadual.

Para responder à questão de auditoria, José elaborou papéis de trabalho para coletar informações sobre a formação acadêmica do fiscal do contrato e acerca dos relatórios emitidos pelo fiscal do contrato em todos os contratos sob sua fiscalização (como os contratos nº 89 e nº 135, cujos objetos eram a contratação temporária de pessoal administrativo).

Nessa hipótese, considerando tão somente os fatos narrados, assinale a opção que apresenta o atributo do papel de trabalho **violado** pelo auditor.

- (A) Clareza.
- (B) Concisão.
- (C) Completude.
- (D) Suficiência.
- (E) Utilidade.

Análise de Demonstrações Financeiras

35

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), tem como objetivo principal fornecer informações úteis para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e para a tomada de decisão.

Contudo, o MCASP estabelece que a utilidade da informação está sujeita a fatores que atuam como restrições inerentes. Em muitos casos, essas restrições exigem um julgamento profissional para equilibrar atributos conflitantes.

Com base na estrutura conceitual CASP, assinale a opção que apresenta corretamente as três restrições que limitam o alcance da máxima utilidade dos indicadores qualitativos da informação contábil.

- (A) A necessidade de consistência, a observância do regime de competência e a demonstração da continuidade da entidade.
- (B) A necessidade de equilíbrio, a verificabilidade da mensuração e o princípio da materialidade.
- (C) O cumprimento da materialidade, a avaliação do custo-benefício e o alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas.
- (D) A análise da capacidade de pagamento (CAPAG), o risco de crédito e o equilíbrio entre os aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal.
- (E) O efeito da variação cambial, a complexidade dos custos de transação e a inobservância do método da equivalência patrimonial.

36

A Lei nº 6.404/1976 e, por extensão, as práticas contábeis no Setor Público (MCASP) enfatizam a importância da informação comparativa para o usuário.

O MCASP define *comparabilidade* como a qualidade da informação que permite aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

A análise e interpretação dos resultados econômicos e financeiros de uma entidade são frequentemente realizadas utilizando técnicas que se baseiam em dados comparativos. Duas das ferramentas analíticas mais comuns são a Análise Horizontal (AH) e a Análise Vertical (AV).

Assinale a opção que descreve corretamente o objetivo e a aplicação primária da Análise Horizontal (AH) e da Análise Vertical (AV).

- (A) A Análise Horizontal (AH) e a Análise Vertical (AV), são consideradas restrições inerentes à informação contábil, juntamente com a Materialidade e o Custo-benefício.
- (B) A Análise Horizontal (AH) é uma técnica que compara o saldo de uma conta em diferentes períodos (exercício findo versus exercício anterior), sendo ideal para identificar tendências e a taxa de crescimento dos itens.
- (C) A Análise Vertical (AV) compara o desempenho da entidade com a média de mercado, usando indicadores de liquidez (como a Liquidez Relativa), enquanto a Análise Horizontal (AH) compara ativos e passivos.
- (D) A Análise Vertical (AV) mede a evolução das contas patrimoniais e de resultado ao longo de períodos sucessivos, enquanto a Análise Horizontal (AH) mede a proporção de cada item em relação a um total de referência dentro do mesmo período.
- (E) A Análise Horizontal (AH) é restrita ao Balanço Patrimonial e apura o percentual de cada elemento (Ativo Circulante, Passivo Não Circulante) em relação ao Ativo Total, enquanto a Análise Vertical (AV) é usada na Demonstração do Resultado do Exercício para calcular o resultado patrimonial.

37

A análise da capacidade de pagamento (Capag) apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União. A metodologia do cálculo, dada pela Portaria Normativa MF nº 1.583/2023 (com alteração promovida pela Portaria MF nº 1.764/2024), é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. Logo, avaliando o grau de solvência, a relação entre receitas e despesas correntes e a situação de caixa, faz-se o diagnóstico da saúde fiscal do Estado ou Município.

Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>

Com base na metodologia de análise de Capacidade de Pagamento, marque a opção que identifica corretamente os indicadores correspondentes.

- (A) O indicador de Liquidez Relativa (LR) mede a capacidade do ente de gerar receitas correntes suficientes para cobrir despesas correntes, equivalendo-se, portanto, à Poupança Corrente (PC).
- (B) O cálculo da Liquidez Relativa (LR) considera a disponibilidade de caixa bruta de todas as fontes de recursos, vinculadas e não vinculadas, bem como o total das obrigações de longo prazo.
- (C) A Liquidez Relativa (LR) é apurada com base na média ponderada das receitas correntes ajustadas e despesas correntes dos três últimos exercícios, representando a margem fiscal para endividamento adicional.
- (D) O indicador de Liquidez Relativa (LR) avalia a solvência de longo prazo do ente, considerando a disponibilidade de caixa bruta das fontes vinculadas, as suas obrigações financeiras e insuficiências de caixa, conforme critérios do Tesouro Nacional.
- (E) Para a apuração da Liquidez Relativa (LR) serão consideradas a disponibilidade de caixa bruta de fontes de recursos não vinculadas, as obrigações financeiras das fontes de recursos não vinculadas e as insuficiências de caixa em fontes de recursos vinculadas.

38

Conforme disposto na Portaria Normativa MF nº 1.583/2023 e nos princípios da LRF, acerca do indicador de Endividamento (IE) assinale a afirmativa correta.

- (A) O IE mede a proporção entre a dívida consolidada líquida e o ativo total do ente, sendo apurado a partir dos dados do balanço patrimonial.
- (B) O IE mede a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida, utilizando como fonte o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do último exercício.
- (C) O IE é calculado pela razão entre a dívida fundada mobiliária e as despesas de capital do exercício, servindo como indicador de eficiência do investimento público.
- (D) O IE é obtido a partir da média ponderada da relação entre a dívida consolidada líquida e a arrecadação tributária dos três últimos exercícios financeiros.
- (E) O IE avalia a sustentabilidade fiscal do ente por meio da comparação entre as receitas de capital e as despesas correntes, de forma a medir o grau de poupança corrente disponível para novos investimentos.

39

O Auditor Estadual de Controle analisou a situação econômico-financeira do Município Alfa, com base nas demonstrações contábeis de 2024.

Na ocasião, ele constatou que o Município possui os seguintes valores:

Contas	Valor (R\$ mil)
Ativo Total	1.000
Passivo Circulante	200
Passivo Não Circulante	300
Patrimônio Líquido	500
Caixa e Equivalente de Caixa	100
Resultado Operacional antes dos Juros (EBITDA)	160

Com base nessas informações, quanto aos principais indicadores de endividamento e sua interpretação, assinale a afirmativa correta.

- (A) Endividamento Geral = 0,50;
Composição do Endividamento = 0,40;
Dívida Líquida/EBITDA = 2,5x.
O Município apresenta estrutura de capital equilibrada, com metade dos ativos financiada por recursos de terceiros e geração operacional suficiente para honrar as obrigações em até três exercícios.
- (B) Endividamento Geral = 0,70;
Composição do Endividamento = 0,60;
Dívida Líquida/EBITDA = 3,5x.
O Município demonstra alta dependência de capital externo e reduzida capacidade de pagamento, com risco elevado no curto prazo.
- (C) Endividamento Geral = 0,50;
Composição do Endividamento = 0,20;
Dívida Líquida/EBITDA = 1,0x.
O Município revela baixo endividamento, predominância de dívidas de longo prazo e liquidez operacional imediata, caracterizando folga financeira acima do ideal.
- (D) Endividamento Geral = 0,40;
Composição do Endividamento = 0,50;
Dívida Líquida/EBITDA = 2,5x.
O Município possui baixa dependência de dívidas, mas concentração significativa de obrigações de curto prazo, o que eleva o risco de liquidez.
- (E) Endividamento Geral = 0,55;
Composição do Endividamento = 0,45;
Dívida Líquida/EBITDA = 2,0x.
O Município evidencia grau moderado de endividamento e boa capacidade de pagamento, embora com tendência de aumento da exposição financeira.

40

Com base no arcabouço fiscal e nos conceitos aplicados ao setor público, assinale a opção que não representa um indicador (relação/ratio), limite direto de passivo ou conceito de obrigação financeira (dívida) utilizado para medir o endividamento e a solvência de um ente da Federação.

- (A) O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.
- (B) O teto máximo estabelecido para a Dívida Consolidada Líquida (DCL), que é o montante da dívida pública consolidada deduzido das disponibilidades de caixa, das aplicações financeiras e dos demais haveres financeiros.
- (C) O montante global das Operações de Crédito realizadas em um exercício financeiro não pode ser superior a 16% da Receita Corrente Líquida.
- (D) A Dívida Ativa Tributária é o conjunto de créditos do ente público, de natureza tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, sendo reconhecida contabilmente no ativo.
- (E) O limite de comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada em relação à Receita Corrente Líquida não pode exceder 11,5% da RCL.

41

Conforme o disposto no Art. 176 da Lei Federal nº 6.404/1976 (Lei das S.A.), em seu Capítulo XV (Exercício Social e Demonstrações Financeiras), assinale a opção que indica a demonstração financeira cuja elaboração e publicação é obrigatória para todas as companhias abertas, mas da qual a legislação dispensa as companhias fechadas que apresentarem, na data do balanço, um patrimônio líquido inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

- (A) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que deve discriminar o lucro ou prejuízo líquido por ação do capital social.
- (B) Balanço Patrimonial (BP), que deve classificar as contas do ativo em ordem decrescente de grau de liquidez.
- (C) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que segrega as alterações do saldo de caixa em, no mínimo, três fluxos: das operações, dos investimentos e dos financiamentos.
- (D) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), que discrimina o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e as transferências para reservas.
- (E) Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que registra os elementos que contribuíram para a geração da riqueza e sua distribuição, como empregados, financiadores e acionistas.

42

O Auditor Estadual de Controle realizou a análise econômico-financeira do Município *Beta*, com base nas demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2024.

Contas do Balanço Patrimonial	Valores (R\$ mil)
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.200
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	800
Contas a Receber de Curto Prazo	1.000
Estoques	500
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.500
Passivo Circulante	2.000
Passivo Não Circulante	1.500

Com base nos dados acima, assinale a opção que apresenta corretamente os valores e a interpretação dos principais índices de análise da capacidade de pagamento do Município *Beta*.

- (A) Liquidez Corrente = 1,75;
Liquidez Seca = 1,50;
Liquidez Imediata = 1,00; e
Liquidez Geral = 1,40.
O Município apresenta boa liquidez de curto prazo, mas solvência fraca no longo prazo.
- (B) Liquidez Corrente = 1,75;
Liquidez Seca = 1,50;
Liquidez Imediata = 1,00; e
Liquidez Geral = 1,71.
O Município apresenta folga financeira de curto prazo e boa solvência global, indicando boa capacidade de pagamento.
- (C) Liquidez Corrente = 1,50;
Liquidez Seca = 1,25;
Liquidez Imediata = 0,90; e
Liquidez Geral = 1,71.
O Município apresenta liquidez restrita no curto prazo e solvência apenas moderada.
- (D) Liquidez Corrente = 1,90;
Liquidez Seca = 1,50;
Liquidez Imediata = 1,00; e
Liquidez Geral = 1,40.
O Município tem excesso de liquidez e capital ocioso relevante.
- (E) Liquidez Corrente = 1,75;
Liquidez Seca = 1,00;
Liquidez Imediata = 0,90; e
Liquidez Geral = 1,40.
O Município apresenta necessidade de venda de estoques para honrar com as obrigações de curto prazo.

Estatística

43

A pequena amostra abaixo apresenta os salários mensais, em milhares de reais, de cinco trabalhadores de um certo grupo de atividades.

3,2 2,8 5,2 4,2 4,6

A variância amostral desses salários, calculada pela estimativa de máxima verossimilhança da variância salarial mensal desses trabalhadores é, em milhares de reais, aproximadamente igual a

- (A) 0,56.
- (B) 0,78.
- (C) 0,97.
- (D) 1,34.
- (E) 1,56.

44

Em uma população muito grande, sabe-se que 20% dos eleitores votaram no candidato A nas últimas eleições.

Se seis eleitores dessa população forem aleatoriamente sorteados, a probabilidade de que 2 tenham votado em A nas últimas eleições é aproximadamente igual a

- (A) 0,12.
- (B) 0,20.
- (C) 0,25.
- (D) 0,32.
- (E) 0,37.

45

Para estimar a média μ de uma população descrita por uma variável aleatória contínua suposta normalmente distribuída com variância igual a 400, uma amostra aleatória simples de tamanho 100 foi obtida e apresentou uma média amostral igual a 250.

Lembrando que o 97,5% percentil da distribuição normal padrão é igual a 1,96, um intervalo de 95% de confiança para μ será dado aproximadamente por

- (A) (246; 254).
- (B) (242; 258).
- (C) (237; 263).
- (D) (230; 270).
- (E) (224; 276).

46

Suponha uma variável aleatória populacional descrita por uma função de densidade normal com média μ e variância σ^2 e que uma amostra aleatória simples X_1, X_2, \dots, X_n , de tamanho n , será obtida dessa população.

Se $\bar{X} = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n}$ e $S^2 = \frac{\sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})^2}{n-1}$, avalie se as afirmativas a seguir estão corretas.

- I. \bar{X} é estimador não tendencioso de μ .
- II. S^2 é estimador tendencioso de σ^2 .
- III. \bar{X} e S^2 são correlacionados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

47

Se X é uma variável aleatória e se $Y = 2X + 3$, então o coeficiente de correlação entre X e Y é igual a

- (A) 0.
- (B) 2/3.
- (C) 1/2.
- (D) 1.
- (E) 3/2.

48

A amostra a seguir são 20 observações da quantidade de salários mínimos recebidos por profissionais.

1, 8, 8, 9, 10, 10, 10, 10, 12, 15, 15, 16, 16, 18, 20, 20, 29, 30, 30, 38.

Deseja-se detectar *outliers* com base no critério que considera *outliers* as observações que estão fora do intervalo $(Q1 - 1,5D, Q3 + 1,5D)$, sendo $Q1$ e $Q3$ os primeiro e terceiro quartis, e D , a distância interquartil.

Nesse caso, assinale a opção que apresenta a totalidade de observações que são consideradas *outliers*.

- (A) 1.
- (B) 1 e 38.
- (C) 1, 30, 30 e 38.
- (D) 29, 30, 30 e 38.
- (E) 38.

Administração Financeira e Orçamentária e Finanças Públicas

49

Considerando o contexto da gestão fiscal responsável e os mecanismos de controle previstos na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), um ente federativo planeja conceder um crédito presumido que resultará em renúncia de receita.

De acordo com as normas da LRF e o conceito de gasto tributário correlato, assinale a opção correta sobre as exigências legais para a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

- (A) A renúncia de receita, que compreende anistia, remissão e subsídio, deve, obrigatoriamente, ser compensada por medidas de aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa, visto que a LRF trata a renúncia fiscal como se fosse uma nova despesa.
- (B) A concessão ou ampliação do incentivo fiscal deve, entre outros requisitos, estar acompanhada da estimativa de seu impacto orçamentário-financeiro apenas no exercício em que iniciar sua vigência, sendo dispensada a projeção para os exercícios subsequentes.
- (C) O benefício concedido, que é o resultado da abdicação do Fisco de recolher o produto de tributos com interesse em favorecer setores ou atividades, será liberado das exigências da LRF somente se o custo de cobrança for superior ao cancelamento ou desconto do débito.
- (D) A renúncia deve atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e, alternativamente, estar acompanhada de medidas de compensação, como ampliação da base de cálculo ou criação de tributo.
- (E) É vedado que o projeto de lei orçamentária seja acompanhado de demonstrativo do efeito das renúncias fiscais sobre as receitas e despesas, visto que tais informações são tratadas à margem do orçamento público, no âmbito do gasto tributário.

50

A Lei nº 4.320/1964 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) estabelecem as classificações obrigatórias da Receita Orçamentária para a Administração Pública, visando à transparência e à correta consolidação das contas.

A classificação por Natureza identifica a origem do recurso, enquanto a classificação por Fonte ou Destinação de Recursos (FR) tem o papel de agrupar receitas com as mesmas normas de aplicação na despesa.

Considerando os conceitos e os critérios de classificação da Receita Orçamentária, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A classificação da receita orçamentária por Natureza é obrigatória para todos os entes da Federação e é estruturada em oito dígitos, sendo o primeiro a Categoria Econômica (1 - Receitas Correntes ou 2 - Receitas de Capital) e o segundo a Origem da Receita, que identifica a procedência do ingresso, como Impostos (Origem 1) ou Contribuições (Origem 2).
- (B) O mecanismo Fonte ou Destinação de Recursos (FR) é essencialmente um instrumento de gestão da receita e da despesa, pois tem como objetivo assegurar que receitas vinculadas sejam direcionadas para financiar despesas específicas, em conformidade com as leis que regem o tema. Os códigos de FR padronizados para uso específico de Estados, Distrito Federal e Municípios são definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional e estão no intervalo de 500 a 999.
- (C) As Receitas de Capital Não Efetivas, como aquelas provenientes de Operações de Crédito (código 2.1.0.0.00.0.0), aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, mas não alteram a situação líquida patrimonial do ente, pois criam uma obrigação correspondente, como um Passivo.
- (D) As receitas relativas a Transferências Intergovernamentais Constitucionais e Legais (como o FPM) deverão ser registradas pelo ente receptor como Receita Orçamentária, e o ente arrecadador (transferidor) poderá contabilizar a entrega desses recursos ao beneficiário, alternativamente, como dedução da receita em sua codificação original, em vez de uma despesa orçamentária.
- (E) As Receitas Correntes Intraorçamentárias e as Receitas de Capital Intraorçamentárias são classificações criadas para evitar a dupla contagem nas contas governamentais. Essas receitas, por derivarem do poder de soberania do Estado na cobrança de tributos internos e na prestação de serviços exclusivos, são classificadas, doutrinariamente, como Receitas Derivadas.

51

O orçamento público brasileiro, conforme a Lei nº 4.320/1964 e as diretrizes de planejamento da Constituição Federal de 1988, deve discriminar a despesa mediante classificações obrigatórias (institucional, funcional, programática e por natureza) para evidenciar a política econômica e o programa de trabalho do Governo.

Considere as seguintes ações de um órgão da Administração Pública, classificadas na Função 12 - Educação, e avalie a correlação entre sua classificação Programática, a Natureza da Despesa (GND) e a implicação primária em termos de sujeição ou não à limitação de empenho (contingenciamento).

Ação	Classificação Programática	Grupo de Natureza de Despesa (GND)	Implicação de Controle Fiscal
I. Aquisição de material de consumo e insumos para manutenção e distribuição de material didático	Atividade	3 - Outras Despesas Correntes	É um dos grupos de despesa que pode ser objeto de contingenciamento para ajustes fiscais.
II. Pagamento de Vencimentos e Vantagens Fixas ao corpo docente e servidores ativos	Atividade	1 - Pessoal e Encargos Sociais	Em regra, está excluído dos limites de contingenciamento fixados pelos decretos de programação orçamentária.
III. Construção de um novo campus universitário na região Norte	Operação Especial	4 - Investimentos	Por ser uma despesa de capital, deve ser priorizada no contingenciamento por ser considerada menos urgente que o custeio.
IV. Pagamento do valor principal (amortização) de um empréstimo contratual junto ao Banco Mundial	Atividade	6 - Amortização da Dívida	Está excluído da possibilidade de contingenciamento, por se referir à amortização da dívida.

Assinale a opção que apresenta a correta correlação:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

52

O Governo do Estado de São Paulo, em execução do orçamento de 2025, realizou o pagamento de contraprestações pecuniárias a um parceiro privado no âmbito de uma Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade Concessão Administrativa.

A contraprestação é estruturada, então, da seguinte forma:

1. Parcela Corrente: Remuneração pela prestação dos serviços contratados (custeio).
2. Parcela de Capital: Despesa decorrente da incorporação de bens de capital (Contrato PPP) reversíveis ao patrimônio público.

A classificação da despesa na estrutura classificatória (C.G.MM.EE) deve ser precisa, onde C = Categoria Econômica, G = Grupo de Natureza de Despesa, MM = Modalidade de Aplicação e EE = Elemento de Despesa.

Com base nos conceitos de natureza da despesa aplicáveis a esse tipo de operação, assinale a opção que apresenta a classificação correta e respectiva das parcelas (1) Corrente e (2) de Capital.

- (A) (1) 3.3.90.39 – outras Despesas Correntes, Aplicações Diretas, outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. (2) 4.4.67.82 – Despesas de Capital, Investimentos, Execução de Contrato de PPP, aporte de Recursos pelo Parceiro Público.
- (B) (1) 3.3.67.45 – Despesas Correntes, outras Despesas Correntes, Execução de Contrato de PPP, Subvenções Econômicas. (2) 4.5.67.83 – Despesas de Capital, Inversões Financeiras, Execução de Contrato de PPP, Despesas Decorrentes de PPP.
- (C) (1) 3.3.67.83 – Despesas Correntes, outras Despesas Correntes, Execução de Contrato de PPP, Despesas Decorrentes de PPP. (2) 4.5.67.83 – Despesas de Capital, Inversões Financeiras, Execução de Contrato de PPP, Despesas Decorrentes de PPP.
- (D) (1) 3.3.67.83 – Despesas Correntes, outras Despesas Correntes, Execução de Contrato de PPP, Despesas Decorrentes de PPP. (2) 4.4.67.52 – Despesas de Capital, Investimentos, Execução de Contrato de PPP, Equipamentos e Material Permanente.
- (E) (1) 3.3.91.85 – Despesas Correntes, outras Despesas Correntes, Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Contrato de Gestão. (2) 4.5.90.65 – Despesas de Capital, Inversões Financeiras, Aplicações Diretas, Constituição ou Aumento de Capital de Empresas.

53

Um Estado da Federação, ao final do segundo bimestre do Exercício X1, verificou que a realização da receita arrecadada estava abaixo da estimativa, evidenciando risco de não cumprimento da meta de Resultado Primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais (AMF) da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Considerando os conceitos de planejamento, transparência e fiscalização da gestão fiscal, conforme a Lei Complementar nº 101/2000, assinale a afirmativa correta.

- (A) A limitação de empenho e movimentação financeira, prevista para a correção desse desvio, é um instrumento discricionário do Poder Executivo, de natureza preventiva, sendo aplicada somente após a reprovação das metas fiscais no Relatório de Gestão Fiscal do quadrimestre anterior, em respeito ao princípio da anualidade orçamentária.
- (B) O descumprimento potencial da meta fiscal impõe a imediata limitação de empenho, a ser promovida pelos Poderes e pelo Ministério Público, por ato próprio, nos trinta dias subsequentes ao bimestre de verificação, segundo os critérios de contingenciamento previamente fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) A fiscalização do cumprimento das metas fiscais do Plano Plurianual (PPA) compete exclusivamente ao Tribunal de Contas (Controle Externo), sendo o sistema de Controle Interno responsável apenas pela avaliação da eficácia e eficiência da gestão orçamentária e patrimonial, sem atribuições diretas sobre o planejamento.
- (D) A transparência da gestão fiscal é assegurada pela ampla divulgação dos Relatórios Resumido de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, sendo obrigatório que o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) seja assinado apenas pelo Chefe do Poder respectivo e pelo responsável pela administração financeira, dada a autonomia administrativa do órgão de controle interno.
- (E) Embora a LRF exija a inscrição das renúncias de receitas no orçamento, tratando-as como despesa tributária, a limitação de empenho (contingenciamento) não pode alcançar despesas legalmente vinculadas, como as despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados relativas ao SUS, dada sua natureza de obrigação constitucional inadiável, conforme estabelece a Lei Complementar nº 177/2021.

54

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) como instrumentos de planejamento que compõem o sistema orçamentário da Administração Pública brasileira. O PPA, em particular, foi concebido como a lei de planejamento de médio prazo (quadrienal), responsável por fixar diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital, as delas decorrentes e os programas de duração continuada.

Considerando que a lógica constitucional exige um encadeamento e uma subordinação jurídica, no qual o PPA orienta a elaboração da LDO e esta, por sua vez, define os parâmetros da LOA, sobre a vigência e aplicação do PPA no primeiro ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Embora o PPA seja o instrumento que materializa a plurianualidade inerente à ideia de planejamento, a sua função foi reduzida pelo constituinte de 1988 à mera programação plurianual de investimentos, sendo vedada a inclusão de programas sociais de duração continuada, como Saúde e Educação, que não tenham implicação direta em despesas de capital.
- (B) O PPA, por ser a lei de maior abrangência temporal (quatro anos), possui primazia jurídica sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sendo esta dispensada de prever metas fiscais para o período, uma vez que tais metas e a trajetória da dívida pública já devem estar integralmente detalhadas e quantificadas no Plano Plurianual.
- (C) O princípio da plurianualidade, consagrado pelo PPA (art. 165, I, da CF), exige que a Lei Orçamentária Anual (LOA) mantenha compatibilidade com ele, vedando-se o início de programas ou projetos que ultrapassem o exercício financeiro sem prévia inclusão no PPA. Contudo, a ausência de uma Lei Complementar regulamentadora impede que o PPA seja plenamente eficaz, resultando em constante alteração metodológica a cada nova edição e dificultando o controle.
- (D) A ausência de sincronia nos prazos estabelecidos pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) determina que, no primeiro ano de mandato do Chefe do Executivo, o projeto de PPA seja encaminhado após a LDO ter sido aprovada, invertendo, portanto, a lógica do sistema de planejamento constitucional, que exige que a LDO e a LOA sejam compatíveis e subordinadas ao PPA.
- (E) A estrutura programática do PPA exige que o programa de governo seja o elemento de integração entre plano e orçamento, definindo um único produto e uma única meta quantificável para cada programa, o que garante a gestão orientada para resultados e evita os chamados "programas guarda-chuva", com exceção apenas dos programas de natureza multisetorial e interfederativa.

Avaliação de Políticas Públicas

55

Uma Secretaria Municipal vai implementar o programa “Transporte Escolar Seguro” para reduzir faltas de estudantes por dificuldade de locomoção.

A equipe de monitoramento e avaliação listou três ações necessárias:

- I. Construir a Matriz de Riscos antes de iniciar o programa.
- II. Estimar o impacto do programa sobre a taxa de faltas dos alunos após 12 meses de execução, utilizando metodologia causal.
- III. Planejar que fatores serão medidos antes e depois da implementação.

Classifique cada ação como *ex ante* ou *ex post*.

Assinale a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) *ex post* – *ex ante* – *ex post*.
- (B) *ex ante* – *ex post* – *ex ante*.
- (C) *ex ante* – *ex ante* – *ex post*.
- (D) *ex post* – *ex post* – *ex ante*.
- (E) *ex post* – *ex ante* – *ex ante*.

56

Um Município implementou o programa Acelera Alfabetização para elevar o nível de leitura e escrita ao final do 2º ano do Ensino Fundamental.

Assinale a opção que apresenta, respectivamente, um indicador de processo e um indicador de resultado coerentes com o programa,

- (A) % de turmas que cumpriram integralmente a carga horária semanal prevista; % de alunos no nível adequado de alfabetização ao final do 2º ano (avaliação padronizada).
- (B) % de alunos no nível adequado de alfabetização; % de escolas que receberam os kits didáticos.
- (C) % de professores certificados na formação; % de escolas que receberam os kits didáticos.
- (D) % de escolas que receberam kits didáticos; % de professores certificados na formação.
- (E) % de turmas com cinco sessões semanais de alfabetização; número total de kits didáticos enviados.

57

O município lançou o programa *Fila Zero Digital*, que introduziu agendamento por aplicativo para consultas de atenção básica de saúde.

Perguntas da avaliação:

- P1. O aplicativo reduziu o tempo médio de espera para a primeira consulta?
- P2. Por que parte dos usuários não utiliza o aplicativo, mesmo tendo acesso ao celular?

Assinale a alternativa que apresenta, nesta ordem (P1; P2), a abordagem principal mais adequada para responder a cada pergunta.

- (A) Aplicar questionário para avaliar a satisfação dos usuários com o aplicativo; formulário aberto nas redes sociais do município.
- (B) Uso de diferenças-em-diferenças (DiD) entre unidades com e sem o aplicativo (verificando tendências prévias); grupos focais/entrevistas para explorar barreiras de uso.
- (C) Pesquisa de satisfação online; regressão com efeitos fixos sem grupo de comparação.
- (D) Comparar, no mesmo período, o tempo médio de espera em unidades com aplicativo e unidades sem aplicativo; auditoria de prontuários.
- (E) Avaliação comparando o antes e o depois nas unidades com o aplicativo; entrevistas semiestruturadas com usuários e profissionais.

58

Considere os critérios a seguir.

- Eficiência = relação recursos/entregas (ex.: custo por unidade abaixo do *benchmark* esperado).
- Eficácia = cumprimento de metas/objetivos do programa (ex.: meta de cobertura atingida/superada).
- Efetividade = mudança observada no problema/público (ex.: estimativa de efeito causal estatisticamente significativa).

Assinale a opção que descreve um programa eficiente e eficaz, mas ***sem evidência*** de efetividade.

- (A) Meta de cobertura atingida; custo por unidade abaixo do benchmark; estimativa estatisticamente não significativa do efeito causal do programa.
- (B) Meta de cobertura atingida; custo por unidade acima do benchmark; estimativa estatisticamente significativa do efeito causal do programa.
- (C) Meta de cobertura não atingida; custo por unidade abaixo do benchmark; estimativa estatisticamente significativa do efeito causal do programa.
- (D) Meta de cobertura atingida; custo por unidade acima do benchmark; estimativa estatisticamente não significativa do efeito causal do programa.
- (E) Meta de cobertura não atingida; custo por unidade abaixo do benchmark; estimativa estatisticamente não significativa do efeito causal do programa.

59

Dados da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) revelam uma redução de 47,2% no número de mortes de motociclistas, caindo de 36, em 2023, para 19, em 2024.

Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/pinheiros/w/faixa-azul-em-s%C3%A3o-paulo-redu%C3%A7%C3%A3o-de-47-nas-mortes-de-motociclistas>.

A análise (...) aplica modelos de Diferença-em-Diferenças específicos de adoção escalonada para estimar os efeitos da intervenção. Em todas as especificações, os impactos estimados foram pequenos e estatisticamente indistintos de zero.

LOUREIRO, Michele. Estudo não encontra relação direta entre Faixa Azul e redução de sinistros em São Paulo. Centro de Estudos das Cidades – Insper. São Paulo.

Sobre a natureza da evidência e a conclusão cabível, à luz do enunciado, assinale a afirmativa correta.

- (A) PMSP: evidência causal; Insper: o estudo é apenas descritivo por causa da metodologia empregada.
- (B) PMSP: comparação antes-depois é correlacional, sem contrafactual; Insper: avaliação causal com contrafactual (DiD de adoção escalonada) que não detectou efeito significativo, portanto não se pode afirmar causalidade.
- (C) Ambos apresentam evidências causais.
- (D) As estimativas “indistintas de zero” significam que o efeito da Faixa Azul é negativo; logo a Faixa Azul piora os sinistros.
- (E) A divergência se explica porque a PMSP mediu eficácia e o Insper mediu eficiência; portanto, não há conflito metodológico.

60

Leia o trecho a seguir.

Declarar que um programa foi efetivo exige evidência de que mudanças no problema/público-alvo ocorreram em condições reais e são atribuíveis à intervenção; cumprir metas operacionais (eficácia) não é suficiente.

PORQUE

Eficácia refere-se ao grau de alcance das metas/objetivos pactuados no desenho (outputs/resultados intermediários), enquanto efetividade diz respeito às mudanças finais no problema/público em contexto real; por isso, julgar efetividade requer vincular a mudança observada à intervenção, e não apenas registrar metas cumpridas.

Sobre o trecho, assinale a afirmativa correta.

- (A) A assertiva e a razão são verdadeiras, e a razão é uma justificativa correta da assertiva.
- (B) A assertiva e a razão são verdadeiras, mas a razão **não** justifica a assertiva.
- (C) A assertiva é verdadeira, e a razão é falsa.
- (D) A assertiva é falsa, e a razão é verdadeira.
- (E) A assertiva e a razão são falsas.

Questão Discursiva (Tarde)

Durante a análise das Contas do Governador do Estado de *Gama* relativas ao exercício de 2022 (último ano do mandato), como Auditor(a) Estadual de Controle, você foi designado(a) para verificar o cumprimento do Art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerando a classificação orçamentária das receitas e despesas públicas, bem como os programas de trabalho autorizados na Lei Orçamentária de 2022, dados simplificados (em Reais - R\$ mil) apurados em 31 de dezembro de 2022, referentes aos saldos da Disponibilidade de Caixa e das Obrigações de Despesas Compromissadas para duas fontes de recursos específicas, apontaram a seguinte realidade:

Descrição (R\$ mil)	Fonte 500 (Recursos Não Vinculados de Impostos)	Fonte 540 (Recursos Vinculados - Educação/FUNDEB)
Disponibilidade de Caixa Bruta (A)	8.000.000	4.000.000
Obrigações Financeiras (B) (Exceto RPNP do Exercício)	4.500.000	3.500.000
Disponibilidade de Caixa Líquida (C = A - B)	3.500.000	500.000
Obrigações de Despesa Contraídas (D) (RPNP inscritos a partir de 01/05/2022)	2.000.000	1.800.000
Restos a Pagar Processados (RPP) cancelados em 2022	100.000	50.000

Nota Explicativa 1: Os valores em (B) incluem os Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de exercícios anteriores e do exercício, além de outras obrigações financeiras, excluindo apenas as obrigações contraídas (D) nos últimos dois quadrimestres.

Nota Explicativa 2: A auditoria interna também notou falha na classificação da receita oriunda da Lei Federal n.º 12.858/13 (Royalties), que deveria ter sua aplicação vinculada à Educação (75%) e Saúde (25%), mas não foi registrada em fonte específica.

Considerando o cenário apresentado e as normativas de fiscalização:

- Verifique e demonstre, aplicando o disposto no Art. 42 da LRF e o entendimento consolidado de Finanças Públicas, se o Poder Executivo cumpriu a exigência legal para o encerramento do mandato de 2022. A análise deve discorrer sobre a possibilidade de compensação de insuficiências e quais os seus impactos, justificando a conclusão alcançada.
- Analise a implicação patrimonial e de gestão fiscal do cancelamento de Restos a Pagar Processados (RPP), identificando a principal fragilidade em relação a tais cancelamentos no Balanço Geral do Estado de 2022 e o fundamento legal que rege o RPP.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

Realização

